

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 7 – Número 0363–08/07 à 12/07/2024

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Anexo sobre calor da NR 15 será revisado e deve sofrer alterações](#)

Revista Proteção - 10/07/2024

Um ano após ser incluído na agenda regulatória da CTPP (Comissão Tripartite Paritária Permanente), o Anexo III (Limites de Tolerância para Exposição ao Calor) da NR 15 (Atividades e Operações Insalubres) entrou na pauta de revisão do Governo. A decisão acontece após a publicação do relatório de [AIR \(Análise de Impacto Regulatório\)](#), que foi divulgado no site do Ministério do Trabalho e Emprego nesta terça-feira, 9 de julho, pela Secretaria de Inspeção do Trabalho.

O documento traz a avaliação dos impactos do reconhecimento da insalubridade das condições de trabalho desempenhadas a céu aberto pelos trabalhadores expostos a fontes naturais de calor, em especial quando comparadas às condições de trabalho em ambiente fechado ou estando os trabalhadores expostos a fontes artificiais de calor. Em 2019, uma revisão do mesmo anexo definiu que o calor apenas pode gerar insalubridade em ambientes fechados ou ambientes com fonte artificial de calor.

A elaboração da AIR atende ao [Decreto 10.411/2020](#), que visa uma avaliação prévia do problema regulatório antes que ele entre na pauta de revisões do governo. Os próximos passos para o processo de revisão consistem na consulta pública da proposta de texto, na indicação e constituição do GTT (Grupo Técnico Tripartite), nas discussões no GTT e, por fim, na apreciação do texto na CTPP.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Montador será indenizado por acidente de moto durante jornada de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/07/2024

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho responsabilizou a RN Comércio Varejista S.A., de Aracaju (SE), pelo acidente de moto ocorrido com um montador de móveis. Por unanimidade, o colegiado entendeu que o empregado estava a serviço da empresa na hora do acidente.

[Videocast “Vozes da CLT” traz panorama histórico do controle da jornada de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/07/2024

Mais um episódio do videocast “Vozes da CLT: 80 anos de história” está no ar. O ministro do Tribunal Superior do Trabalho Cláudio Brandão fala sobre controle da jornada de trabalho. Aspectos legais e históricos ligados ao tema são debatidos no programa. O ministro desfaz mitos e mostra quais são os limites atuais da duração do serviço.

[Trabalhadora demitida por justa causa durante auxílio-doença não consegue reintegração](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/07/2024

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de uma ex-empregada da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) em Betim (MG) que, após ser demitida por justa causa durante afastamento previdenciário, pretendia ser reintegrada imediatamente no emprego. Segundo o colegiado, a garantia provisória de emprego, mesmo decorrente do gozo de licença médica, não impede a rescisão contratual por justa causa.

[Auxiliar que sofreu assédio sexual aos 17 anos consegue aumentar valor da indenização](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 08/07/2024

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho julgou recentemente dois casos de assédio sexual que resultaram em condenações às empresas. Num deles, chamou a atenção o fato de que a trabalhadora tinha apenas 17 anos quando foi contratada e passou a ser assediada. O valor de R\$ 8 mil de indenização fixado pelas instâncias anteriores foi considerado irrisório pelo colegiado, que o majorou para R\$ 100 mil, diante da gravidade do caso.

Notícias do Executivo

[MTE inicia pagamento do Abono Salarial nesta segunda-feira \(15\)](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 12/07/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) começa a pagar o sexto grupo de trabalhadores com direito ao Abono Salarial no dia 15 de julho. Serão pagos Abonos a um total de 4.241.728 milhões de trabalhadores, com um dispêndio de R\$4.524.491.071,00 bilhões. Nesse lote, um total de 3.734.294 trabalhadores de empresas privadas cadastrados no programa PIS receberão o benefício pela Caixa Econômica Federal e outros 507.434 servidores públicos cadastrados no programa PASEP terão o Abono Salarial pago pelo Banco do Brasil.

[Lei da Igualdade Salarial é tema de encontros de ministros em São Paulo na segunda-feira \(15\)](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 12/07/2024

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, participam nesta segunda-feira (15), às 9h, de uma reunião/café da manhã com diversas empresas de vários segmentos sobre a Lei da Igualdade Salarial. No encontro, que será na sede da Febraban em São Paulo, também contará com a participação do secretário-executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável da Presidência da República, Paulo Pereira.

[Governo Federal já repassou R\\$ 4,1 bi para o Rio Grande do Sul, beneficiando mais de 2 milhões de trabalhadores](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 12/07/2024

As medidas emergenciais, anunciadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), já alcançaram R\$4,1 bilhões, beneficiando mais de 2 milhões de trabalhadores do Rio Grande do Sul. Esses recursos foram para os gaúchos que têm direito a algum destes benefícios: Saque-Calamidade, Seguro-Desemprego, Abono Salarial ou ao Apoio Financeiro de 2 salários mínimos (para trabalhadores formais, menor aprendiz, trabalhadores domésticos, empregada doméstica ou pescadores artesanais). Os recursos também envolvem cerca de R\$221,7 milhões que beneficiaram 44.199 empregadores de 96 municípios que aderiram a suspensão do recolhimento do FGTS. As informações fazem parte do balanço realizado até o dia 10 de julho.

[MTE embarga obra do Centro de Convenções do Recife, em Pernambuco](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 10/07/2024

A Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) embargou, na última terça-feira (9), parte da obra onde será instalado o Recife Expo Center, em frente ao Cais de Santa Rita, no Recife (PE), onde, na manhã do mesmo dia, ocorreu desabamento de andaimes apoiados e outros materiais da obra. A decisão foi tomada após a fiscalização identificar diversas irregularidades que comprometiam a segurança dos trabalhadores. O acidente atingiu seis trabalhadores, três deles sem lesões, um deles foi atendido no hospital de emergência e dois na Unidade de Pronto Atendimento.

[Ministro Luiz Marinho propõe conferência nacional para discutir transformações no mercado de trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 10/07/2024

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, abriu na manhã desta quarta-feira (10) a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Trabalho (CNC), na sede do Ministério do Trabalho, em Brasília (DF). O ministro falou sobre a importância de uma abordagem coordenada para tratar dos desafios contemporâneos no mercado de trabalho. Ele sugeriu ao colegiado a discutir a pertinência da realização de uma conferência nacional em 2025, para tratar dos diversos temas que envolvem o mundo do trabalho e emprego na atualidade. A pauta da reunião seria sobre as enchentes e as medidas emergenciais sobre relações de trabalho, além da apresentação de um relatório sobre a comissão de peritos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) referente ao Brasil de 2020.

[Ministros do Trabalho do G20 discutem criação de estatísticas sobre Trabalho de Cuidados](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 10/07/2024

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou no dia 9 de julho, em Brasília (DF) do encontro virtual “Avançado na medição do trabalho de cuidado e da economia do cuidado em apoio à igualdade de gênero e à autonomia”. O encontro teve a participação dos 19 ministros de Estado e representantes da União Africana da área do Trabalho e Emprego – todos eles integrantes do G20.

[Ministro Luiz Marinho destaca papel crucial dos pequenos negócios na geração de empregos formais no Brasil](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 09/07/2024

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, destacou na manhã desta terça-feira (9) a importância dos pequenos negócios na geração de empregos formais no país, durante a abertura do evento “Transformar Juntos 2024” promovido pelo Sebrae. A atividade acontece até o dia 11 em Brasília com o objetivo debater e trocar experiências sobre políticas públicas voltadas para territórios e municípios, abordando temas como compras públicas de micro e pequenas empresas, simplificação do ambiente de negócios, estímulo a economias portadoras de futuro e impulsionar a educação empreendedora no país.

[Luiz Marinho defende acabar com a restrição ao trabalhador de sacar saldo do FGTS](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 08/07/2024

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, considera uma “crueldade” com o trabalhador que opta pelo saque-aniversário ficar dois anos sem poder retirar seu saldo em caso de demissão. Segundo ele, há mais de 8 milhões de trabalhadores nesta situação, que optaram pelo saque-aniversário e estão hoje com seu saldo retido. “É uma excrescência essa regra da lei, e eu quero corrigir isso”, defendeu Luiz Marinho em entrevista na última sexta-feira (5) na rádio NovaBrasil FM, em Brasília.

[Em São Paulo, Previdência Social concede benefícios em até 29 dias](#)

Ministério da Previdência Social - 11/07/2024

A Previdência Social alcançou, no estado de São Paulo, um tempo médio de concessão de 29 dias. Com a atuação integrada do INSS e da Perícia Médica Federal, o índice já superou a meta nacional projetada pelo ministro Carlos Lupi, que é 30 dias até dezembro. “É mais uma vitória no processo de fortalecimento do maior programa contínuo de distribuição de renda do mundo”, disse o gestor da pasta federal durante a visita, nesta quinta-feira (11), à Gerência-Executiva de Santos.

[Curso sobre “Introdução à Segurança e Saúde no Trabalho” será ministrado por especialistas na Fundacentro](#)

Fundacentro - 08/07/2024

Em mais uma edição, nos dias 16 a 18 de julho, das 14h às 18h, a Fundacentro realizará a Temática 1 “Introdução à Segurança e Saúde e no Trabalho – Histórico e Perspectivas” do Curso Básico de SST. Para participar presencialmente, é necessário se inscrever pelo [link do Google Forms](#), até as 10h do dia 15 de julho de 2024. O curso acontecerá on-line pela [plataforma E.A.D. Moodle](#) da instituição, com transmissão ao vivo pelo canal da Fundacentro no YouTube.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Governo da Paraíba renova Pacto Federativo para a Erradicação do Trabalho Escravo](#)

Ministério Público do Trabalho - 11/07/2024

Os participantes do seminário realizado pelo Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB), no último dia 9, foram testemunhas do ato em que o Governo do Estado renovou a assinatura do Pacto Federativo para a Erradicação do Trabalho Escravo na Paraíba. O documento foi assinado durante o Seminário Regional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas para Fins de Trabalho Escravo, que aconteceu no auditório do Fórum Maximiano Figueiredo, em João Pessoa.

[MPT-PE vai investigar desabamento de construção de novo centro convenções do Recife](#)

Ministério Público do Trabalho - 09/07/2024

O Ministério Público do Trabalho em Pernambuco (MPT-PE) abriu procedimento para apurar desabamento de parte da estrutura do novo centro de convenções em construção, o Recife Expo Center, no bairro de São José, ocorrido na manhã desta terça-feira (9). Serão investigados os fatores que contribuíram para o acidente e as responsabilidades sobre o desabamento.

Outras Notícias

[Limitação do número de dirigentes sindicais com estabilidade provisória](#)

Consultor Jurídico - 14/07/2024

Recentemente, o STF (Supremo Tribunal Federal) enfrentou uma questão de grande relevância para as relações sindicais e laborais no Brasil ao julgar a Reclamação Constitucional nº 65.626, por meio da qual se discute a constitucionalidade do artigo 522 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e, portanto, da limitação do número de dirigentes sindicais que podem ter garantida a estabilidade provisória de emprego.

[Alcance da coisa julgada em ações propostas por sindicatos](#)

Consultor Jurídico - 13/07/2024

No Agravo em Recurso Especial nº 2.399.352-MA, uma professora da educação básica do estado do Maranhão teve reconhecido o direito de se beneficiar de título executivo judicial advindo de ação coletiva proposta por sindicato, mesmo não sendo filiada a este.

[O que esperar das recentes implicações jurídicas do stock options](#)

Consultor Jurídico - 12/07/2024

Os planos de stock options têm se tornado uma ferramenta cada vez mais comum entre empresas para reter talentos, oferecendo aos executivos a oportunidade de adquirir ações da companhia a preços pré-determinados. Essa prática, além de alinhar os interesses dos funcionários aos da empresa, tem gerado intensas discussões jurídicas, especialmente no que diz respeito à incidência de contribuições previdenciárias e tributárias sobre os valores distribuídos.

[Validade do pedido de demissão quando a mulher não sabia que estava grávida](#)

Consultor Jurídico - 12/07/2024

Sobre o tema, o Tribunal Superior do Trabalho pacificou seu entendimento no sentido de que o fato de o empregador desconhecer a gravidez não afasta o direito à estabilidade (Súmula nº 244 do TST, inciso I); que o direito à reintegração da gestante só é possível durante o período de estabilidade (Súmula nº 244 do TST, inciso II); e que é irrelevante que o contrato seja por tempo determinado, pois uma vez comprovada a gestação, o direito à estabilidade prevalece (Súmula nº 244 do TST, inciso III).

[Empregador deve evitar excessos na demissão por justa causa](#)

Consultor Jurídico - 12/07/2024

A cessação definitiva do contrato de trabalho é o fim da relação empregatícia, em que se rompe o vínculo entre empregador e empregado. Tal cessação pode se dar de várias maneiras, quais sejam por iniciativa do empregado, por iniciativa do empregador, de ambas as partes ou decorrente de ato ou fato de terceiro, dispensa do empregado, rescisão indireta do contrato de trabalho e justa causa.

[Desafios jurídicos do PL sobre IA e proteção ao trabalhador](#)

Consultor Jurídico - 11/07/2024

O projeto de lei brasileiro, com o complemento de voto em 4 de julho, alinha-se com as melhores práticas internacionais em muitos aspectos, especialmente na avaliação de impacto e supervisão humana. As inovações trazidas pelos incisos VI (avaliação e impacto algorítmico), VII e VIII do artigo 56 garantem uma proteção robusta aos trabalhadores, similar às regulamentações da União Europeia, Estados Unidos e Reino Unido.

[TST reitera marco temporal do piso para profissionais de Engenharia](#)

Consultor Jurídico - 10/07/2024

O piso salarial dos engenheiros deve ser fixado com base no salário mínimo, mas essa base deve ser congelada na data de 3 de março de 2022, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento conjunto das ADPFs 53, 149 e 171.

[Geolocalização no Direito do Trabalho opõe busca da verdade processual e privacidade](#)

Consultor Jurídico - 10/07/2024

O Tribunal Superior do Trabalho confirmou, no final de maio, o uso de geolocalização — ferramenta de GPS disponível nos telefones celulares — para comprovar se o trabalhador esteve, de fato, em determinado local até determinado horário, o que consiste em prova robusta para julgar pedidos de horas extras e adicional noturno, por exemplo.

[Proporcionalidade ilógica: salário integral para trabalho parcial](#)

Consultor Jurídico - 09/07/2024

O funcionário contratado para substituir trabalhador afastado de licença ou de férias deve ganhar o salário integral da pessoa substituída, mesmo que tenha absorvido somente parte do trabalho. Esse tem sido o entendimento da maioria das turmas do Tribunal Superior do Trabalho (TST), segundo levantamento realizado pelo FAS Advogados

[Federação que representa associações pode ajuizar ação em favor de gestores](#)

Consultor Jurídico - 08/07/2024

É legítimo que uma associação que represente um grupo de associações proponha ações coletivas na Justiça do Trabalho nas ocasiões em que os trabalhadores representados atuem na mesma esfera da federação. A partir desse entendimento do Supremo Tribunal Federal, a 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou, em decisão unânime, válida a ação coletiva ajuizada pela Federação Nacional das Associações de Gestores da Caixa Econômica Federal (Fenag) em favor dos gestores da Caixa Econômica Federal.

[TST desobriga rede varejista de divulgar carta em que assume discriminação](#)

Consultor Jurídico - 08/07/2024

Ainda que pretenda ter caráter pedagógico contra condutas discriminatórias reconhecidas e confirmadas, uma condenação na Justiça do Trabalho não pode ultrapassar o que foi expressamente pedido na reclamação trabalhista.

[Empresa pagará R\\$ 800 mil a filhos de motorista que morreu em acidente](#)

Migalhas - 13/07/2024

A 9ª câmara do TRT da 15ª região condenou uma distribuidora de gás a pagar indenização por danos morais e materiais aos filhos de um funcionário que faleceu durante o exercício de suas funções. O valor da condenação foi fixado em R\$ 800 mil, incluindo o pagamento de pensão vitalícia a cada um dos herdeiros.

[TRT-8: Caminhão de produtor não pode ser penhorado para quitar dívida](#)

Migalhas - 13/07/2024

Caminhão de produtor rural utilizado para desempenho de atividades profissionais não poderá ser penhorado para quitação de dívida trabalhista. Assim decidiu, por unanimidade, a 8ª turma do TRT/MG, segundo a qual, ficou comprovado que o veículo era utilizado para transportar produtos agrícolas da propriedade rural até estabelecimentos comerciais.

[TRT-3 nega indenização a faxineira assediada por morador de condomínio](#)

Migalhas - 12/07/2024

Faxineira não será indenizada por empresa empregadora após importunação sexual de morador em condomínio. Para a 2ª turma do TRT da 3ª região, não ficou demonstrado que a empresa cometeu ato ilícito. Para o desembargador, a responsabilização do empregador exige a demonstração de dolo ou culpa e o nexo de causalidade entre o ato ilícito e o dano, exceto em casos de responsabilidade objetiva. No caso, o magistrado considerou que não houve nexo de causalidade em relação ao empregador, por se tratar de ato de terceiro, inexistindo responsabilidade da empresa.

[Advogada explica como funciona a nova lei de saúde mental para empresas](#)

Migalhas - 12/07/2024

Sancionada em meados de abril deste ano, a nova lei de saúde mental (14.831/24) criou o “Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental”, honraria a ser dada pelo governo Federal a empresas que adotem critérios de promoção da saúde mental e do bem-estar de seus colaboradores. Entre as diretrizes estão a implementação de

programas voltado para esse tipo de cuidado no ambiente de trabalho e o combate à discriminação e ao assédio em todas as suas formas.

[Empresas são condenadas por coagir empregado a atuar como testemunha](#)

Migalhas - 12/07/2024

O juiz Jorge Alberto Araújo, da 5ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS, julgou parcialmente procedente a ação trabalhista movida por um ex-funcionário contra duas empresas. O magistrado condenou as empresas ao pagamento de diversas verbas trabalhistas e a uma indenização por danos morais, após constatar que o superior do trabalhador propôs que ele atuasse como testemunha em processos trabalhistas em troca de uma demissão sem justa causa. A decisão também destacou que a conduta da empresa configurou violação à honra e dignidade do empregado, justificando a indenização fixada em R\$ 10 mil.

[TRT-4 valida trecho da CLT sobre prorrogação de jornada em ambiente insalubre](#)

Migalhas - 12/07/2024

O Tribunal Pleno do TRT da 4ª região decidiu, por maioria, pela constitucionalidade do art. 611-A, XIII, da CLT, que permite a prorrogação da jornada de trabalho em ambientes insalubres sem a necessidade de licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho. A decisão foi fundamentada na interpretação de que essa flexibilização não viola os princípios constitucionais de proteção à saúde e segurança dos trabalhadores.

[Trabalhador dispensado antes de perícia médica no INSS será indenizado](#)

Migalhas - 12/07/2024

A 2ª turma do TRT da 18ª região condenou uma empresa de alimentos de Cristalina/GO a reintegrar e indenizar um trabalhador dispensado enquanto aguardava a data agendada de sua perícia médica no INSS. O valor da indenização por dano moral foi fixado em R\$ 10 mil. A decisão do colegiado, unânime, manteve a sentença da vara do Trabalho de Luziânia/GO, acompanhando o voto da desembargadora Kathia Albuquerque, relatora do recurso da empresa.

[TRT-2 reverte justa causa e empregado acusado de furto será indenizado](#)

Migalhas - 12/07/2024

A 14ª turma do TRT da 2ª região decidiu, com a maioria dos votos, manter a anulação da demissão por justa causa de um técnico de laboratório, que havia sido acusado de furtar um par de botas sem evidências suficientes. Além disso, o Tribunal aceitou um recurso adesivo do funcionário, estabelecendo uma indenização por danos morais no valor de R\$ 6 mil.

[Empresa não restituirá auxílio-doença ao INSS após acidente de trabalho](#)

Migalhas - 11/07/2024

Empresa de engenharia não precisará restituir ao INSS auxílio-doença usufruído por empregado que se acidentou no ambiente de trabalho. Assim decidiu a 10ª turma do TRF da 1ª região, por unanimidade, ao reconhecer a inexistência de provas indicando negligência da empresa.

[Empresa não terá limite de 20 salários para contribuição ao Sistema S](#)

Migalhas - 09/07/2024

A 1ª turma do TRF da 5ª região julgou parcialmente procedente a apelação de uma empresa que contestava a limitação das contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros ao teto de 20 salários-mínimos. A decisão, relatada pelo desembargador Roberto Wanderley Nogueira, segue a tese [fixada pelo STJ no Tema 1.079](#).

[Trabalhador de 39 anos morre após sofrer choque elétrico no TST](#)

Migalhas - 09/07/2024

Um trabalhador terceirizado de 39 anos do TST faleceu nesta terça-feira, 9, após receber uma descarga elétrica quando fazia a manutenção de placas solares localizadas na cobertura do bloco B do edifício-sede do Tribunal. Segundo nota divulgada pela Corte, imediatamente, a equipe de bombeiros-civis do próprio TST iniciou os primeiros socorros e atuou ao lado do Corpo de Bombeiros Militar do DF, que foi acionado assim que o acidente ocorreu.

[TRT-9: Revista diária em bolsa de trabalhador não gera indenização](#)

Migalhas - 09/07/2024

Revista em bolsas e sacolas de empregados no fim do expediente, sem contato físico e de forma impessoal, não caracteriza dano moral. Esse foi o entendimento da 2ª turma do TRT da 9ª região, ao confirmar sentença do juízo da 4ª vara do Trabalho de Curitiba/PR.

[TST: Usina não é responsável por trabalho infantil de fornecedor](#)

Migalhas - 08/07/2024

A 8ª turma do TST decidiu que uma usina de Serrana/SP não pode ser responsabilizada pelo trabalho infantil explorado por um de seus fornecedores de cana-de-açúcar. O colegiado rejeitou o argumento do MPT de que a aquisição de matéria-prima essencial produzida por trabalho ilegal para o funcionamento da cadeia produtiva seria suficiente para responsabilizar a empresa pelo dano causado à coletividade.

[Seconci-DF promove treinamento para trabalho em altura](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 12/07/2024

No dia 2 de julho, o Seconci-DF realizou treinamento para trabalho em altura. No total, 13 trabalhadores foram capacitados para exercerem atividades dentro das exigências da Norma Regulamentadora 35 (NR-35), do Ministério do Trabalho e Emprego. A Norma determina que toda atividade com risco de queda superior a 2 metros do nível inferior se enquadra como trabalho em altura. O treinamento para trabalho em altura do Seconci-DF está disponível para todas empresas parceiras da instituição.

[Análise de risco pode evitar desastres em obras de infraestrutura](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 05/07/2024

Uma cratera que se abriu em um condomínio residencial próximo à construção de uma obra da linha 6-Laranja de metrô, em São Paulo, levanta questões sobre a importância da análise de risco em obras de infraestrutura. O incidente, ocorrido no final de maio, não causou vítimas, mas trouxe à tona a relevância de procedimentos preventivos para evitar desastres similares.

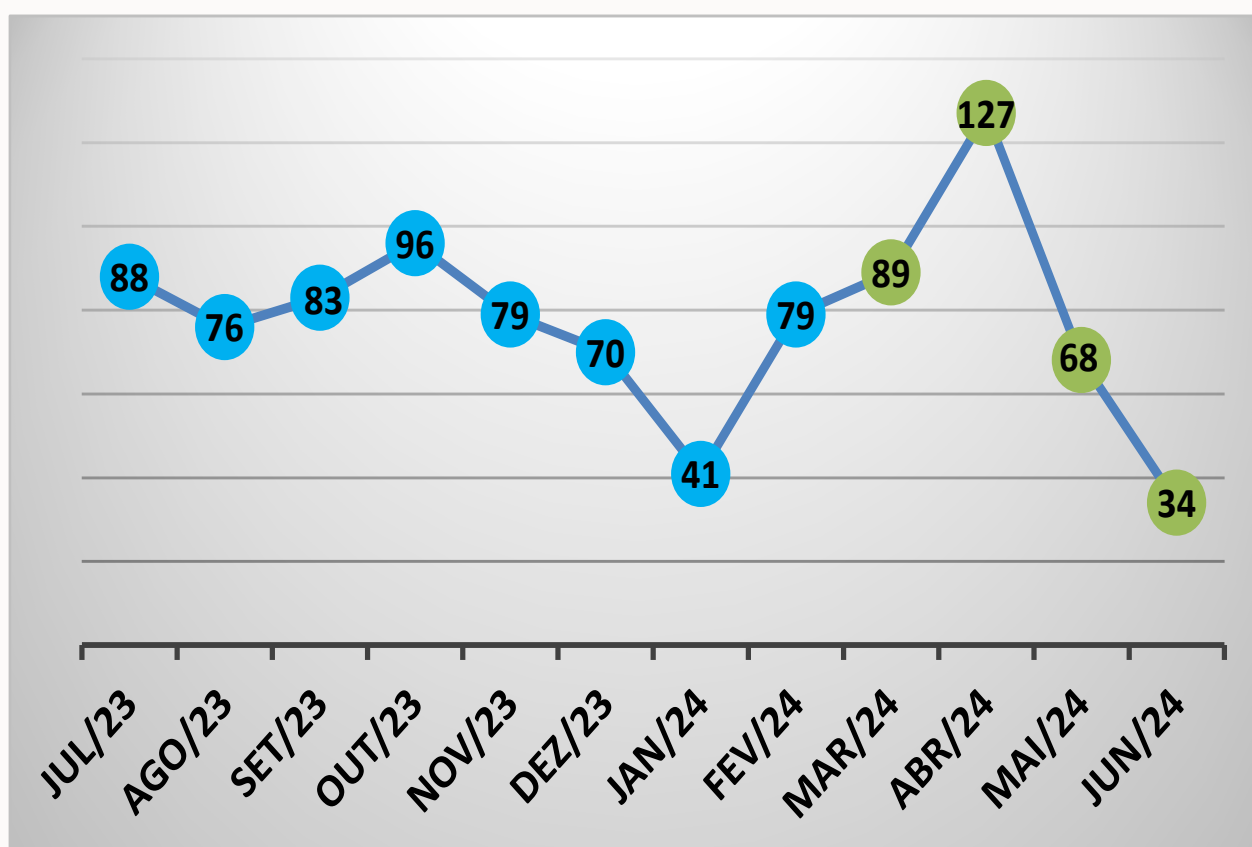
Atos Normativos

[INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 170, DE 4 DE JULHO DE 2024](#) (DOU de 08/07/2024 Seção I Pág. 65) - Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022, que disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário;

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento da Norma Regulamentadora n.º 12 (NR 12) durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) nos últimos doze meses:



Fonte: Radar SIT - Autuações

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice- Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula